

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 1º a 5 de novembro, em Brasília.

TETO DE GASTOS NA PAUTA, COP-26 & BAIXA ADESÃO À GREVE DOS CAMINHONEIROS

Em semana encurtada pelo feriado, o Governo tem desafio importante na Câmara. A PEC dos Precatórios pode ser votada pelo Plenário nesta quarta (3), mas o Planalto ainda segue articulando a aprovação do texto. Além de modificar o regime de pagamento de precatórios, a PEC flexibiliza o Teto de Gastos, para aumentar o espaço orçamentário no próximo ano e viabilizar o pagamento do Auxílio Brasil, no valor de R\$ 400.

Apesar da necessidade de socorro aos mais vulneráveis, flexibilização do Teto pode desgastar imagem do Executivo. A mudança nos parâmetros de fixação do Teto de Gastos pode passar a mensagem de que o Governo recuou em seu compromisso com a responsabilidade fiscal e abrir margem para o descontrole das contas públicas, permitindo, por exemplo, o aumento de despesas não urgentes, como a ampliação de recursos para emendas parlamentares e para o fundo eleitoral, como já tem sido defendido por alguns congressistas.

Nesse sentido, o comprometimento com a austeridade fiscal é um elemento indispensável. Se o Executivo não for capaz de resistir às pressões para furar o Teto com despesas desnecessárias, será ainda mais difícil a recuperação fiscal e econômica do País, já pressionado pela escalada da inflação, pelo alto nível de desemprego e por outras consequências da pandemia, que ainda persistem.

Considerando a reação negativa que o tema provocou, aliados do Planalto pensam em alternativas. Como forma de não alterar o Teto de Gastos, algumas possibilidades também já têm sido levadas à discussão, como eventual decretação de estado de calamidade pública, o que poderia permitir ao Governo gastar mais em algumas áreas, como na ampliação de benefícios sociais – *mas a equipe econômica tem resistido a essa ideia.*

Ainda nesta semana, comitiva brasileira participa da COP-26, em Glasgow, Escócia. A comitiva é liderada pelo ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, que já anunciou nesta segunda (1º), a nova meta do Brasil em relação à emissão de gases de efeito estufa: redução de 50% das emissões até 2030 e neutralidade até 2050. O Presidente Bolsonaro e o Vice-Presidente Mourão não compareceram ao evento.

Em outra frente, mobilização pouco expressiva dos caminhoneiros confirma previsão do Governo. A greve convocada por algumas entidades da categoria para esta segunda não teve adesões significativas e o Ministério da Infraestrutura informou que não foram registrados bloqueios nas rodovias federais ou pontos logísticos estratégicos – *nos últimos dias, a União também conseguiu na Justiça liminares para impedir o bloqueio nas rodovias.* Na semana passada, o Governo já vinha afirmando que a adesão à greve seria baixa e que não havia chances de que a mobilização fosse semelhante à ocorrida em 2018.

Destaque da Semana

Segunda

- O ministro [Joaquim Leite](#) (Meio Ambiente) discursou na abertura da **COP26**, por videoconferência, onde apresentou meta de redução de emissão de carbono em 50% até 2030.

Quarta

- A [Câmara dos Deputados](#) pode votar a [PEC 23/2021](#), que altera o regime de pagamento dos precatórios

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do Presidente - **Jair Bolsonaro** encontra-se na Itália, onde participou da reunião anual do G20. Nesta segunda (1º), o presidente prestigiou a cerimônia de outorga do título de cidadão honorário do município de Anguillara Vêneta, em Pádua/Itália. Além disso, esteve no almoço oferecido pela prefeita Alessandra Buoso, da cidade de Anguillara Veneta. Ademais, realizou visita à basílica de Santo Antônio de Pádua.

O presidente Jair Bolsonaro não esteve na COP26, a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que acontece em Glasgow. Ele enviou um vídeo de cerca de três minutos com mensagens para o evento.

MAPA

Agenda do ministro - **Tereza Cristina** discursou, nesta segunda (1º), na abertura da COP26, por videoconferência. No discurso, a ministra defendeu a difusão de tecnologias de baixa emissão de carbono até o final desta década.

MCom

Ministério das Comunicações

Agenda do ministro - **Fábio Faria** participa, nesta quarta (3), do webinar “Serviço Postal e Correios: perspectivas setoriais e Impactos Econômicos”.

ME

Ministério da Economia

Agenda do ministro - **Paulo Guedes** integra a comitiva presidencial na reunião do G20, na Itália. Nesta segunda (1º), o ministro acompanhou o presidente Jair Bolsonaro na cerimônia de outorga do título de cidadão honorário do município de Anguillara Vêneta, em Pádua/Itália. Além disso, participou do almoço oferecido pela prefeita Alessandra Buoso, da cidade de Anguillara Veneta, e visitou a basílica de Santo Antônio de Pádua.

Balança Comercial - Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2021 recuou de US\$ 70,5 bilhões para US\$ 70,1 bilhões de resultado positivo.

Boletim Focus - Para o IPCA, a inflação oficial do país, a expectativa do mercado para o ano de 2021 subiu de 8,96% para 9,17%. No caso do PIB 2021, os economistas do mercado financeiro reduziram a estimativa de crescimento de passou de 4,97% para 4,94% em 2021. O mercado financeiro elevou de 8,75% para 9,25% ao ano a previsão para a Selic no fim de 2021. A projeção para a taxa de câmbio do dólar no fim de 2021 subiu de R\$ 5,45 para R\$ 5,50.

BNDDES
Banco Nacional do
Desenvolvimento

Agenda do presidente - **Gustavo Montezano** participa, nesta quarta (3), do webinar “Serviço Postal e Correios: perspectivas setoriais e Impactos Econômicos”, das 10h às 11h30. Gustavo Montezano vai promover debate sobre estudos do banco e de parceiros que envolvem o setor postal e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Serão abordados temas como perspectivas de investimentos, visão de mercado, impactos setoriais e premissas para modelagem da empresa.

MJSP

Ministério da Justiça e
Segurança Pública

Agenda do ministro - **Anderson Torres** discursou, nesta segunda (1º), na abertura da COP26, por videoconferência. No discurso, o ministro destacou

	as operações conjuntas com Polícia Federal e Força Nacional contra desmatamento ilegal.
MMA Ministério do Meio Ambiente	Agenda do ministro - Joaquim Leite discursou, nesta segunda (1º), na abertura da COP26, por videoconferência. No discurso, o ministro apresentou meta do governo brasileiro de redução de 50% das emissões de carbono até 2030, e de neutralidade até 2050.
MME Ministério de Minas e Energia	Agenda do ministro - Bento Albuquerque reuniu-se, nesta segunda (1º), com investidores de fundos, com participação do presidente do grupo de Amizade Brasil-UK no Parlamento Britânico, Marco Longhi, em Londres/UK. Além disso, reuniu-se com Jonatahan Wheatley, editor de mercados emergentes do Financial Times. Ademias, participou do almoço oferecido pelo embaixador do Brasil em Londres, Fred Arruda.

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados	O Plenário da Câmara dos Deputados deve retomar a pauta remanescente da semana anterior, incluindo, entre outros, a PEC 23/2021 , que altera o regime de pagamento dos precatórios, além da pauta remanescente da semana passada, como o PL 1026/2021 , que determina que o índice de correção dos contratos de locação residencial e comercial não poderá ser superior ao índice oficial de inflação do País – IPCA; e o PL 4513/2020 , que institui a Política Nacional de Educação Digital; dentre outros projetos.
Senado Federal	No Plenário do Senado Federal , a pauta da semana deve ser definida pelos líderes partidários nesta quarta (3).

Comissões

ENERGIA	Câmara CLP Sexta (5) 13h00
Crise hídrica	Audiência Pública – A Comissão de Legislação Participativa promove audiência pública para debater a <u>crise hídrica em agravo no país e a tramitação da MP 1.055/21</u> . O evento contará com a participação, dentre outros, do ex-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu ; a representante da Associação dos Servidores da ANA, Flávia Simões ; e o diretor geral do Operador do Sistema Nacional (ONS) (2016-2020) e secretário executivo no Ministério de Minas e Energia (2015-2016), Luiz Barata .
ORÇAMENTO	Câmara Subcomissão de Saúde Quinta (4) 13h30

Orçamento Federal	<p>Reunião Técnica – A Subcomissão de Saúde promove reunião técnica para debater sobre o <u>Orçamento Federal da Área da Saúde</u>. O evento contará com a participação do subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde (SPO/MS), Arinaldo Bonfim Rosendo; do consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados; bem como de representantes do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS); e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS).</p>
EDUCAÇÃO Câmara CE Quarta (3) 09h00	
Alfabetização	<p>Seminário – A Comissão de Educação realiza Seminário sobre <u>alfabetização</u>. Foram convidados, dentre outros, o secretário de Alfabetização do Ministério da Educação (Sealf/MEC), Carlos Francisco de Paula Nadalim; a presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE/MEC), Suely Melo de Castro; e o secretário de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), Mauro Luiz Rabelo.</p>
Câmara CE Sexta (5) 09h00	
Ensino médio integral - retomada	<p>Audiência Pública – A Comissão de Educação promove audiência pública com o tema “<u>Ensino Médio Integral e adaptações para retomada no modelo híbrido</u>”. O evento contará com a participação, dentre outros, de Fernando Whirtiman, representando o Ministério da Educação; de representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); e da gerente de Políticas Públicas de Ensino Médio no Instituto Natura, Carolina Faria.</p>
Senado CECTCOVID Quarta (3) 10h00	
Impactos da Pandemia - educação básica	<p>Audiência Pública – A Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia promove 2ª audiência pública destinada a avaliar os <u>impactos da pandemia na educação básica, discutir o planejamento e as ações quanto ao retorno das aulas presenciais na educação básica e debater uma agenda estratégica educacional para os próximos anos</u>, com vistas a recuperar as perdas acontecidas durante a pandemia e avançar na garantia do direito à educação no Brasil. O evento contará com a participação do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno Manoel Gomes Araújo Filho; e do presidente da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), Manoel Humberto Gonzaga Lima.</p>

Política

Ministros de Bolsonaro aumentam críticas a Guedes após episódios de Auxílio Brasil e Marcos Pontes.

Paulo Guedes (Economia) continua na mira de colegas na Esplanada, mesmo após ter cedido aos apelos de Jair Bolsonaro para propor um drible ao teto de gastos e chegar ao valor de R\$ 400 de Auxílio Brasil. Ao Painel, auxiliares descrevem o ministro como reativo em reuniões, pouco parceiro, alguém sem nenhuma liturgia e que se acha melhor do que os outros. Ainda assim, integrantes do governo afirmam que a chance de Guedes ser demitido pelo presidente é zero. O ministro foi criticado por pares pelo teor da entrevista em que disse que integrantes da "ala política" sondaram nomes para substituí-lo. Também por ter chamado Marcos

Pontes (Ciência e Tecnologia) de burro, como revelou o Painel. Como a coluna escreveu, líderes do centrão dizem que ele se mantém no cargo por falta de plano B. Fonte: Folha de S. Paulo

Por entraves regionais, deputados aliados de Bolsonaro podem se dividir entre partidos. Embora ainda não tenha sido definido, o futuro partidário de Jair Bolsonaro divide parlamentares que o apoiam e pode fazer com que nem todos caminhem para uma mesma sigla. O mandatário está entre PP e PL, principalmente. Por questões regionais, porém, seus aliados se dividem na defesa de um ou de outro. O ministro Onyx Lorenzoni (Trabalho), deputado licenciado pelo DEM do Rio Grande do Sul, por exemplo, tem dito que prefere o PL. Outros, embora digam que vão seguir o destino de Bolsonaro, têm preferência por uma terceira sigla. Fonte: Folha de S. Paulo

Rede Nacional de Sustentabilidade no Legislativo terá adesão de novos tribunais de contas. O Tribunal de Contas da União (TCU), representando a Rede Nacional de Sustentabilidade no Legislativo (RLS), realizará, no dia 18/11, às 14h30, evento virtual de Assinatura de Termo de Adesão a esta Rede por parte de tribunais de contas estaduais e municipais. A transmissão do encontro será via YouTube, por meio deste [link](#). Estarão presentes a presidente do TCU, Ministra Ana Arraes, dirigentes e representantes do Senado Federal, Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ). O evento contará ainda com a participação dos representantes do Tribunal de Contas do Distrito Federal; dos Estados do Acre, Bahia, Goiás, Pará, Paraíba, Piauí, Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul; e dos Municípios da Bahia e do Rio de Janeiro. Todos serão os mais novos integrantes da Rede RLS. Fonte: ASCOM TCU

Planalto teme que Pacheco candidato amplie entraves para o governo no Senado. A filiação ao PSD do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (MG), e as especulações sobre sua intenção de disputar as eleições presidenciais de 2022 acenderam um alerta no Palácio do Planalto em relação a possíveis impactos na pauta governista no Congresso Nacional. Interlocutores do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) temem que o senador adote cada vez mais uma postura de candidato e que, conseqüentemente, projetos importantes para o governo fiquem prejudicados na Casa. Hoje, o Senado é o maior obstáculo da articulação política do governo. Fonte: Folha de S. Paulo

Falhas de Bolsonaro vão muito além da pandemia, diz Financial Times. O jornal Financial Times, em editorial, afirma que poucos presidentes enfrentam tantos problemas jurídicos quanto Jair Bolsonaro (sem partido). A publicação classificou Bolsonaro como "líder da extrema-direita do Brasil". O texto cita a CPI da Covid-19, pedidos de impeachment no Congresso, investigações no Supremo Tribunal Federal e críticas à política ambiental do governo. "No entanto, a ameaça mais poderosa às esperanças de reeleição de Bolsonaro poderá muito bem ser econômica, mais que jurídica. Os mercados brasileiros despencaram na semana passada devido ao temor de que seus planos de distribuir novos subsídios mensais de US\$ 70 aos eleitores mais pobres prejudiquem as finanças já abaladas do país", diz o FT. Fonte: Folha de S. Paulo

PGR arquivou caso de compra de imóveis de Eduardo Bolsonaro, diz site. A Procuradoria-Geral da República (PGR) arquivou, sem fazer qualquer requisição de documentos, uma apuração preliminar aberta em dezembro do ano passado sobre o uso de R\$ 150 mil em dinheiro vivo feito pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) durante a aquisição de dois apartamentos comprados na Zona Sul do Rio de Janeiro entre 2011 e 2016. De acordo com reportagem do UOL, as informações sobre as compras constam das escrituras públicas desses imóveis que foram registradas em cartórios do Rio de Janeiro pelo próprio deputado. O caso foi revelado pelo UOL e pelo Globo em setembro do ano passado. Fonte: Valor Econômico

Bolsonaro diz "namorar" 3 partidos para 2022: PP, PL e até Republicanos. O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse na segunda-feira (1) que negocia com 3 partidos políticos sua filiação. É a 1ª vez nas recentes declarações que o chefe do Executivo inclui o Republicanos como possibilidade. Antes, falava apenas no PP, de Ciro Nogueira, e no PL, de Valdemar Costa Neto. "Olha, tem 3 partidos que me querem. Eu fico muito feliz, são 3 namoradas, duas vão ficar chateadas. É o PRB [antigo nome do Republicanos], o PL e o PP. Cada dia 1 está na frente na bolsa de apostas", disse a jornalistas em Anguillara Veneta, município da Itália. Fonte: Poder 360

Davi Alcolumbre insiste em Aras para substituir André Mendonça e trava pauta da CCJ. Enquanto articula para tentar viabilizar a indicação do procurador-geral da República, Augusto Aras, ao Supremo

Tribunal Federal (STF), o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), mantém o colegiado inoperante há um mês. A última reunião da comissão ocorreu no dia 29 de setembro. Com os trabalhos parados, o escolhido pelo governo para ocupar a cadeira na Corte, o ex-advogado-geral da União André Mendonça, aguarda há mais de cem dias para ser sabatinado pela CCJ. Além disso, projetos importantes para o país, como a reforma tributária, seguem parados nos escaninhos da comissão. Hoje, há 214 matérias prontas para serem votadas pelo colegiado, entre elas indicações de autoridades para órgãos como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Há também impactos no Judiciário: o STF vem funcionando com dez ministros, o que prejudica os julgamentos em casos de empate. Fonte: O Globo

PSD arma palanque presidencial para Pacheco em dezessete Estados. Já foi deflagrada a montagem de palanques competitivos nos Estados vinculados a uma possível candidatura presidencial de Rodrigo Pacheco, presidente do Senado, que trocou na quarta-feira o DEM pelo PSD. Será dada prioridade aos maiores colégios eleitorais, como Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. O projeto paulista, entretanto, aguarda a resposta do convite feito ao ex-governador Geraldo Alckmin para ingressar no PSD - ele ameaça deixar o PSDB após as prévias do partido marcadas para o fim do mês. Mas o partido abriga puxadores de votos em quase todos os Estados. “Não se faz política sem porto”, ressalta o deputado André de Paula, segundo vice-presidente da Câmara, ao lembrar um dos ensinamentos do ex-vice-presidente Marco Maciel, morto em junho. O parlamentar, que é presidente do diretório do PSD de Pernambuco e uma das principais lideranças da sigla no Nordeste, reconhece que Pacheco enfrentará o favoritismo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na região. Fonte: Valor Econômico

PL avança em alianças locais que dificultam filiação de Bolsonaro. Em meio à sinalização do presidente Jair Bolsonaro de que cogita se filiar ao PP, mesmo após receber convite público do PL, deputados e lideranças da sigla presidida por Valdemar Costa Neto têm avançado em alianças locais com pré-candidatos que não devem estar em palanques bolsonaristas em 2022. O movimento, além de dificultar acomodações regionais para receber Bolsonaro, enfraquece um dos argumentos de auxiliares do presidente que veem o PL como a melhor opção pelo fato de ser um partido mais “coeso”, sob o comando de Costa Neto, o que evitaria surpresas na campanha. Bolsonaro diz que decidirá seu futuro partidário após retornar da cúpula do G20, na próxima terça. A pressão interna por maior descolamento em relação a ele vem sobretudo de estados do Nordeste, nos quais parte das lideranças do PL costura alianças com o PT, do ex-presidente Lula, ou com a terceira via, mas também se estende a São Paulo e Rio, onde o partido estuda integrar chapas que podem reunir adversários do presidente. Fonte: O Globo

Rejeição a João Doria sobe e fica acima da de Eduardo Leite, mostra PoderData. Pesquisa PoderData realizada na semana (25-27.out.2021) mostra que 59% dos brasileiros não votariam “de jeito nenhum” em João Doria para presidente, se as eleições fossem hoje. Com o resultado, o governador de São Paulo é mais rejeitado do que Eduardo Leite, seu oponente na disputa para ser candidato pelo PSDB. Leite é rejeitado por 54%. A taxa de Doria subiu em comparação à pesquisa anterior, realizada há 1 mês. Na época, Doria tinha 54% de rejeição ante 52% de Leite, uma situação de empate técnico. Fonte: Poder 360

Economia

Governo pede ao Congresso crédito suplementar de R\$ 3 bilhões. O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, enviou na sexta (29) ao Congresso um projeto de lei que prevê a abertura de crédito suplementar de R\$ 3,06 bilhões em favor do governo federal. De acordo com a subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República, caso seja aprovado pelo Legislativo, o crédito será financiado a partir do cancelamento de dotações orçamentárias e não afetará a meta de resultado primário e o Teto de Gastos. Segundo o órgão, o crédito suplementar vai reforçar as dotações e possibilitar o desenvolvimento de ações em apoio a pequenos e médios produtores rurais, aumento da geração de emprego e renda no campo, contratação de seguro para produtores, regularização fundiária, conclusão de unidades escolares e o provimento de 1,5 mil vagas para o cargo de policial rodoviário federal. Fonte: Agência Brasil

Recuperação fiscal surpreende, mas governo se “comunica mal”, diz Mansueto. O economista-chefe do BTG Pactual, Mansueto Almeida, encaminhou uma mensagem aos clientes do banco enaltecendo a recuperação fiscal do governo federal, Estados e municípios. Afirmou que os últimos resultados das contas públicas surpreendem, mas que o governo se “comunica mal”. Segundo o ex-secretário do Tesouro, o governo tem conseguido inverter o cenário de resultados positivos para uma percepção de “maior risco”. Mansueto foi um dos cotados para substituir o ministro Paulo Guedes (Economia). Ele deixou o Tesouro em julho de 2020. Fonte: Poder 360

Riscos fiscais se elevam devido a ações judiciais contra a União. O Tribunal de Contas da União fez levantamento de auditoria operacional, para conhecer a organização e o funcionamento dos órgãos da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Ministério da Economia, assim como os mecanismos por eles adotados de gestão de riscos à sustentabilidade fiscal. Foram avaliados, especialmente, os efeitos que ações ajuizadas pelos entes subnacionais contra a União causam sobre a regra de ouro e o teto de gastos, no médio e no longo prazo. As ações movidas pelos entes subnacionais impactam de forma significativa as finanças públicas federais e têm preocupante efeito multiplicador. Isso porque as decisões judiciais a eles favoráveis, ainda que concedidas liminarmente, incentivam comportamento semelhante de outros entes. Esses sentem-se, assim, desobrigados a dar cumprimento a princípios básicos presentes na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), referentes à ação planejada e transparente para a prevenção de riscos e correção de desvios potencialmente comprometedores do equilíbrio das contas públicas. Nesse caso há a transferência para a União e para a população do País como um todo, ainda que no curto prazo, do ônus do ajuste fiscal que deveria recair sobre os próprios entes federados. Por conseguinte, penalizam-se aqueles que se esforçaram para desenvolver uma gestão fiscal responsável. Fonte: ASCOM TCU

Acordo de Comércio e Cooperação Econômica com os EUA pode impulsionar adesão do Brasil à OCDE. O Acordo de Comércio e Cooperação Econômica com os Estados Unidos pode impulsionar a adesão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), acredita o deputado federal Luiz Lima (PSL/RJ). Aprovado na Câmara dos Deputados na última quarta-feira (22), por meio do [Projeto de Decreto Legislativo \(PDL\) 484/2021](#), o texto prevê regras modernas de facilitação do comércio, simplificação regulatória e combate à corrupção. Para o parlamentar, tais medidas são fundamentais no processo de ingresso do Brasil na OCDE. “Obviamente, outros requisitos serão observados, mas a aprovação de novos marcos regulatórios no comércio exterior é um passaporte para o Brasil assumir a condição de membro da OCDE. O acordo vai auxiliar na aproximação do Brasil com a nova administração dos Estados Unidos, reforçando a possibilidade de apoio norte-americano para nossa entrada na OCDE como membro pleno do grupo”, avalia. Fonte: Brasil 61

Pesquisa aponta intenção de empresas de reverter corte de mão de obra da pandemia. Depois da onda de demissões da pandemia, cerca de 60% das empresas brasileiras planejam retomar o número de funcionários anterior à chegada do coronavírus, segundo levantamento da corretora de seguros Aon feito com 800 negócios. Quase 30% deles apontam para um aumento no quadro de profissionais. E para quase metade, a expansão ocorrerá por causa do crescimento da demanda pelos produtos ou serviços. Na direção oposta, outros 10% dos entrevistados afirmam que ainda pretendem fazer cortes de vagas, conforme a pesquisa da Aon. Fonte: Folha de S. Paulo

Mercado financeiro estima inflação de 9,17% para este ano. Pela trigésima vez consecutiva, a estimativa da inflação oficial no país foi de alta, alcançando 9,17% para este ano e 4,55% para 2022. A projeção é do boletim Focus, do Banco Central (BC), divulgado nesta segunda-feira (1º). O documento reúne previsões de mais de 100 instituições do mercado financeiro para os principais indicadores econômicos. Nem a alta dos juros foi suficiente para segurar a estimativa do mercado financeiro para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e, pela primeira vez, o patamar é superior a 9%. Na semana passada, a previsão estava em 8,96%. O IPCA não deveria ser maior que 5,25% este ano, segundo a meta de inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O centro da meta é de 3,75%, mas a margem de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo permite que o índice varie de 2,25% a 5,25%. Fonte: Agência Brasil

SEFIP apresenta iniciativas no Laboratório de Inovação Financeira. O secretário de Estruturas Financeiras e de Projetos do MCTI, Marcelo Meirelles, apresentou na segunda-feira (25), as ações da secretaria durante encontro do Laboratório de Inovação Financeira (LAB). O fórum de interação multissetorial

foi criado pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que em parceria com a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, reúne representantes do governo e da sociedade para promover as finanças sustentáveis no país. O objetivo do laboratório é criar soluções inovadoras de financiamento para a alavancagem de recursos privados em projetos com objetivos sociais e ambientais, além de contribuir para o cumprimento das metas de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e os compromissos para o enfrentamento de riscos de mudança climática. Fonte: ASCOM MCTI

Trajatória das variáveis fiscais está preservada, garante Esteves Colnago. A trajetória das variáveis fiscais que vem sendo perseguida há anos está preservada, mesmo com as mudanças na PEC dos Precatórios, conforme garantiram na sexta-feira (29/10) os secretários da área de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, em entrevista coletiva. O secretário especial do Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, explicou que a trajetória relativa ao teto de gastos – considerando as medidas fiscais adotadas por governos e equipes técnicas anteriores – não sofrerá mudanças. “Aquilo que se persegue já há alguns anos está mantido, que é um controle, uma redução do endividamento, é um resultado primário que busca o superávit e um controle das despesas públicas. Isso tudo está preservado”, garantiu. E completou: “A gente em momento algum está colocando em risco as variáveis fiscais ou a trajetória que vem sendo perseguida”. Para Colnago, o importante é manter o rumo, ao mesmo tempo em que se atende às necessidades da população. “A direção está absolutamente preservada e, obviamente, nós temos que ter um olhar sobre aquilo que a sociedade nos demanda. Temos um olhar sobre o fiscal, e o fiscal está preservado. Mas nós precisamos ter um olhar sobre a sociedade, e esse olhar nós entendemos que estamos construindo junto com os demais Poderes”, afirmou. Fonte: ASCOM ME

Riscos fiscais se elevam devido a ações judiciais contra a União. TCU determina que o Ministério da Economia classifique e evidencie os riscos fiscais decorrentes de ações de conflito federativo ajuizadas pelos entes subnacionais contra a União. Gestão municipal Administração. Fonte: Portal TCU

Consumo de energia em setembro foi o maior da série histórica para o mês. O mês de setembro não só apresentou um aumento de 3,4% de consumo de energia em relação ao mesmo mês do ano passado, como também registrou a maior quantidade consumida para o nono mês do ano em toda a série histórica, iniciada em 2004. O recorde foi observado tanto no consumo de energia elétrica da classe comercial (7.278 GWh) como no consumo da classe residencial (12,6 mil GWh). Já o consumo da indústria, que também apresentou alta na comparação com setembro do ano passado, registrou o maior consumo para setembro desde 2014 (14,8 mil GWh). Fonte: CNN Brasil

Câmara tenta votar PEC dos Precatórios pela quarta semana seguida. Depois de três tentativas fracassadas na semana passada, a Câmara tentará votar novamente, na quarta-feira (3) a PEC dos Precatórios, medida considerada fundamental para que o governo possa implementar o Auxílio Brasil, programa que irá substituir o Bolsa Família. O programa social, que nos governos do PT chegou a atender 45 milhões de pessoas, pagou sua última parcela de benefícios na sexta-feira (29). A MP que cria o Auxílio Brasil determinou a sua extinção para que fosse substituído pelo novo programa. Mas ainda não se sabe de onde o governo tirará os recursos e nem qual será o valor do novo benefício. O governo propõe um benefício de R\$ 400, dos quais R\$ 300 sairiam do orçamento do Bolsa Família e os outros R\$ 100 furariam o teto de gastos, comprometendo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas, mesmo para isso, o governo espera a aprovação da PEC, que permitiria parcelar o pagamento de precatórios, que são obrigações judiciais do governo. Sem a aprovação da PEC, todo o planejamento do governo para pagar o novo auxílio fica comprometido. Fonte: Congresso em Foco

Guedes: estagflação, acesso a vacinas e agenda verde foram os alertas do G20. Preocupação com a estagflação, mais acesso às vacinas no mundo e tornar a agenda verde adiante prioritária e de forma responsável foram os três principais alertas durante as plenárias de líderes do grupo das 20 maiores economias do globo (G20), conforme informou o ministro da Economia, Paulo Guedes. Ele esteve lado a lado do presidente Jair Bolsonaro nos eventos relacionados à reunião de Cúpula que ocorreu neste fim de semana na Itália, e conversou com o Estadão/Broadcast por telefone. O primeiro grande alerta no encontro, conforme o ministro, foi relacionado à área de saúde. Enquanto países desenvolvidos e alguns emergentes como o Brasil informaram que estavam avançando na imunização da sua população, nações africanas relataram

encontrar problemas para vacinar seus cidadãos. De acordo com Guedes, o G20 fez uma espécie de mea culpa por não ter tido efetividade na coordenação durante a pandemia. Por isso, um dos assuntos mais importantes nessa área foi o de como o grupo deve se preparar para enfrentar novos momentos complicados na área da saúde. “Temos que nos preparar para novas pandemias”, disse Guedes. Fonte: O Estado de S. Paulo

Chefe da diplomacia europeia visita o Brasil na próxima semana. O alto representante da União Europeia para Política Externa, Josep Borrell, virá ao Brasil e ao Peru na próxima semana, em sua primeira visita à América Latina como chefe da diplomacia do bloco. Borrell terá agenda de trabalho na quarta-feira (3), em São Paulo, onde se reúne com representantes das câmaras de comércio de diversos países europeus. Na quinta-feira (4) e na sexta (5), estará em Brasília, onde se encontrará com autoridades brasileiras, como o chanceler Carlos França, e com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). De acordo com o embaixador da UE no Brasil, Ignacio Ybáñez, o objetivo da visita é “reforçar a parceria estratégica que temos desde 2007”. Apenas Brasil e México, conforme lembrou, gozam desse status na América Latina. Temas como direitos humanos, promoção da democracia e o esforço de transição para uma economia verde estão entre no âmbito da parceria estratégica, segundo o embaixador. Fonte: Valor Econômico

PEC dos Precatórios abrirá R\$ 91,6 bilhões no teto de gastos em 2022. A proposta de emenda à Constituição (PEC) que parcela o pagamento de precatórios e muda o cálculo do teto de gastos permitirá ao governo gastar R\$ 91,6 bilhões adicionais em 2022. A estimativa foi divulgada na sexta (29) pelo Ministério da Economia e é superior à previsão inicial do governo e de parlamentares de que o impacto chegaria a R\$ 83,6 bilhões. Segundo a Secretaria Especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, o parcelamento de precatórios (dívidas do governo reconhecidas pela Justiça em caráter definitivo) abre brecha para R\$ 44,2 bilhões fora do teto de gastos no próximo ano. O novo cálculo do teto de gastos, incluído no texto da PEC, aumentará o teto em R\$ 47 bilhões – R\$ 45 bilhões para o Executivo Federal e R\$ 2 bilhões para os demais Poderes. Fonte: Agência Brasil

Brasil sediará reunião de líderes do G20 em 2024. O Brasil sediará o encontro anual de presidentes e primeiros-ministros do G20, grupo das 20 maiores economias do planeta, em 2024. O anúncio foi feito durante a divulgação do documento final da reunião do grupo, que terminou no domingo (31) em Roma. A cidade brasileira para sede do encontro ainda não foi definida. Esta é a primeira vez que o Brasil é escolhido como anfitrião para uma cúpula de líderes do G20 desde a criação do grupo, em 1999. Em 2008, ocorreu um encontro de ministros das Finanças do G20 em São Paulo. No próximo ano, o encontro de líderes do G20 ocorrerá na ilha de Bali, na Indonésia. Em 2023, a sede será Nova Délhi, na Índia. Fonte: Agência Brasil

Judiciário

Confira a pauta da semana do STF. O Plenário do Supremo Tribunal Federal se reunirá na quarta (3), a partir das 14h. Dentre os itens da pauta está a Ação Direta de Inconstitucionalidade que questiona a constitucionalidade da Lei do estado do Paraná que prevê penalidades ao responsável pelo acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios, ocorrências policiais ou atendimento de desastres (trote telefônico). Na quinta (4), o Plenário julga o Recurso Extraordinário que discute se a dispensa imotivada de empregado de empresa pública e sociedade de economia mista admitido por concurso público é constitucional. Fonte: STF

Senador pede que STF investigue suposta “rachadinha” de Alcolumbre. O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) entrou na sexta-feira (29) com uma notícia-crime contra o presidente da CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). Vieira pede que o suposto caso de “rachadinha” no gabinete do ex-presidente da Casa Alta seja apurado. No pedido de investigação, o senador afirma que não deseja “acusar indevidamente quem quer seja”. Mas cita os relatos de 6 mulheres que teriam atuado como funcionárias fantasmas no gabinete de Alcolumbre. O esquema, segundo elas, consistia em abrir uma conta bancária, entregar o cartão e a senha a uma pessoa da confiança do senador, e, em troca, ganhar uma pequena gratificação. Fonte: Poder 360

STF vai definir se Estados podem reduzir repasses do ICMS a municípios. O repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos Estados para os municípios tem sido motivo de discussões judiciais e caberá ao Supremo Tribunal Federal (STF) bater o martelo sobre o imbróglio. Em pauta, está o repasse de valores do Estado aos municípios de Goiás. O impasse gira em torno dos empréstimos concedidos pela agência de fomento estadual para as empresas. Para incentivar os negócios, o governo estadual concede crédito às companhias, sendo que o valor é liberado em desconto no pagamento do ICMS. Com isso, o montante do imposto destinado pelo Estado aos municípios – 25% do total arrecadado – está sofrendo o desconto dos empréstimos. Fonte: Valor Econômico

Decisões judiciais inibem bloqueios de estradas e greve dos caminhoneiros. Mesmo com o início da greve dos caminhoneiros, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) não registrou o bloqueio de estradas na manhã da segunda-feira (1º). Líderes da manifestação afirmam que estão sendo respeitadas as decisões judiciais que proibiram a interdição das rodovias, refinarias e portos, mas ressaltam que as paralisações da categoria estão acontecendo. Líderes caminhoneiros como o presidente da Associação Brasileira de Condutores de Veículos Automotores, Wallace Landim, conhecido como Chorão, gravaram vídeos e fizeram lives durante o fim de semana convocando para a greve marcada para esta segunda-feira, véspera do feriado do Dia de Finados (2). Os caminhoneiros prometem parar o país, e há a expectativa de bloqueio de rodovias. Fonte: Congresso em Foco

Covid-19

CPI da Covid diz ao STF que Bolsonaro não tem ‘imunidade absoluta’ e pode ser investigado. A CPI da Covid defendeu, no Supremo Tribunal Federal (STF), que o presidente Jair Bolsonaro não tem “imunidade absoluta” e que “não há nenhuma palavra na Constituição” que impede o Poder Legislativo de investigar o chefe do Executivo federal. A manifestação aconteceu no âmbito do mandado de segurança apresentado na semana passada pela Advocacia-Geral da União (AGU), para tentar impedir o banimento de Bolsonaro das redes sociais e a quebra do sigilo telemático do presidente. A CPI entrou com um pedido no STF após Bolsonaro associar a vacina contra a covid-19 à Aids, em sua “live” semanal de 21 de outubro. Fonte: Valor Econômico

Último Foco

12ª edição do Seminário de Proteção à Privacidade e aos Dados Pessoais. O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (*NIC.br) realizarão de 9 a 12 de novembro de 2021, a 12ª edição do Seminário de Proteção à Privacidade e aos Dados Pessoais. Além da participação de 4 Oradores Principais (Keynote Speakers), a composição dos painéis de discussão é formada por membros dos setores governamental, empresarial, terceiro setor e da comunidade científica e tecnológica - o que proporciona uma visão ampla e enriquecedora aos assuntos que serão abordados neste ano. A Mesa de abertura contara com a presença de Bia Barbosa (CGI.br), Demi Getschko (NIC.br), Flávio Rech Wagner (Internet Society - ISOC Brasil), Luiz Costa (Ministério Público Federal) e Marina Feferbaum (CEPI FGV Direito SP). Mais informações podem ser acessadas [aqui](#). Fonte: Seminário Privacidade

Moraes manda CPI explicar pedido para banir Bolsonaro das redes sociais. O ministro Alexandre de Moraes determinou que a CPI da Covid apresente informações em 48 horas sobre a ação que pede o banimento de Jair Bolsonaro das redes sociais. O mandado de segurança foi solicitado pelo presidente do colegiado, Omar Aziz (PSD-AM), por meio da advocacia do Senado. A entrada com a representação no Supremo foi aprovada pelos integrantes da CPI depois que Bolsonaro associou a vacinação contra a covid à infecção por aids. Os senadores pedem a suspensão das páginas do presidente da República no Twitter, Facebook, Instagram e YouTube. Além disso, querem a quebra do sigilo telemático de Bolsonaro e a retratação pública por ter compartilhado desinformação em sua live. Na ação, os congressistas dizem que Bolsonaro vem incorrendo em uma “escalada de fake news e crimes contra a saúde pública”. Fonte: Poder 360

YouTube remove nova live de Bolsonaro do canal do filho Carlos. Com conta suspensa no YouTube, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) teve mais uma live removida da plataforma. Desta vez, a empresa retirou do ar a transmissão ao vivo realizada pelo chefe de Executivo na quinta-feira (28.out.2021) no Facebook, e que foi publicada no canal do vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ). Em nota, o YouTube afirmou que proíbe conteúdo de criadores que estejam sob alguma restrição. “O canal do presidente Jair Bolsonaro segue temporariamente suspenso, impedido de enviar vídeos com novos conteúdos ou fazer transmissões ao vivo, de acordo com a nossa política de alertas e avisos.” Fonte: Poder 360

Com a promessa de plugar de vez a economia, 5G vai a leilão. Realidade em 65 países e 1.662 cidades, a telefonia móvel de quinta geração dará o seu primeiro grande passo no Brasil em uma concorrência marcada para o próximo dia 4. Às 10h, na sede da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em Brasília, os envelopes com as propostas das empresas habilitadas a concorrer em diferentes modalidades de operação e localidades começarão a ser abertos. Além de grandes operadoras já atuando na telefonia brasileira, como Claro, TIM e Telefônica (Vivo), o leilão pode ter a participação de outras 12 empresas. A Algar e a Sercomtel, de médio porte, também já operam no país. As outras dez concorrentes estrearão no mercado: Brasil Digital Telecomunicações Ltda; Brisanet Serviços de Telecomunicações SA; Cloud2U Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda; Consórcio 5G Sul; Fly Link Ltda; Mega Net Provedor de Internet e Comércio de Informática Ltda; Neko Serviços de Comunicações, Entretenimento e Educação Ltda; NK 108 Empreendimentos e Participações SA; VDF Tecnologia da Informação Ltda; e Winity II telecom Ltda. Fonte: Agência Senado

Criação do Sistema Nacional de Educação deve ser votada no dia 11 de novembro na CE. O senador Marcelo Castro (MDB-PI) informou à Agência Senado que o PLP 235/2019, projeto de lei que cria o Sistema Nacional de Educação (SNE), deve ser votado pela Comissão de Educação (CE) no dia 11 de novembro, para em seguida ser enviado ao Plenário do Senado. Ele é o presidente desse colegiado. Castro disse que a proposta eleva o setor educacional ao nível de coordenação nacional que já existe, por exemplo, na saúde, com o Sistema Único de Saúde (SUS); na assistência social, com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS); e na segurança pública, com o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Fonte: Agência Senado

Comissão aprova projeto que exige alerta sobre uso prolongado de TV, computador e celular pelas crianças. A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados aprovou proposta que obriga os fabricantes de equipamentos de comunicação e informática – como computadores, celulares e TVs – a divulgar alertas sobre possíveis danos à saúde devido ao uso prolongado e ininterrupto. Foi aprovado o substitutivo elaborado pelo relator, deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), ao Projeto de Lei 1795/19, do deputado Julian Lemos (PSL-PB), e um apensado. “Não há como impedir a convivência das crianças e dos jovens com tais equipamentos, mas é preciso estimular a conscientização”, disse o relator. O substitutivo insere dispositivos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e prevê alertas por meio de peças publicitárias, embalagens e manuais de instrução, inclusive por meio de código reconhecível por aplicativo (QR Code) ou outras formas de tecnologia que venham a ser desenvolvidas. Fonte: Agência Câmara

Comissão aprova projeto que amplia relação de crimes de ódio na internet investigados pela PF. A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2496/19, que amplia o rol de crimes de ódio praticados ou planejados pela internet que podem ser investigados pela Polícia Federal (PF). Atualmente, a Lei 10.446/02 coloca apenas os crimes de ódio ou aversão às mulheres, praticados por meio da internet, como crimes passíveis de investigação pela PF. O projeto inclui os crimes cometidos por grupos com atuação em mais de um estado, ou no exterior, que difundam preconceitos de raça, cor, sexo, idade ou outras formas de discriminação, ou que apresentem violação dos direitos humanos. Também serão investigados os crimes inafiançáveis. Fonte: Agência Câmara

Velocidade de internet no Brasil está abaixo da média e expõe desigualdade. A velocidade da internet móvel brasileira está abaixo da média global. Um índice recente mostra que o país ocupa o 76º lugar entre 138 nações. Embora a conexão avance ano a ano, a baixa performance é reflexo da desigualdade de acesso, segundo analistas. A velocidade média deriva, principalmente, da distribuição de antenas por habitantes — a alta demanda por dados tende a congestionar o tráfego. Fonte: Folha de S. Paulo

Partidos apontam rigor do TSE sobre redes, mas pedem detalhamento das regras. Apesar da decisão do TSE de julgar improcedentes as ações contra a chapa Bolsonaro/Mourão, a promessa de punir em 2022 casos de uso indevido dos meios de comunicação (entre eles, as redes sociais) afeta desde já a preparação para as campanhas do ano que vem, na leitura de dirigentes partidários. Alguns até já preveem embates jurídicos no meio de campo das disputas e pedem resolução que deixe claro o que pode e o que não pode. Não é, portanto, um ponto de atenção só para Bolsonaro e seu entorno. Até porque desta vez foi ele o alvo das suspeitas no pleito vitorioso em 2018, mas o PT também chegou a ter contas desativadas pelo próprio WhatsApp no ano passado por spam político em disparos de massa. Deu liga. Dentro do TSE, a leitura é de que a combinação dos julgamentos das ações contra Bolsonaro e da cassação do deputado estadual Fernando Francischini (PSL-PR) por fake news sobre a urna fortalecem jurisprudência para negar registros ou cassar candidaturas e chapas com mais agilidade no ano que vem. Fonte: O Estado de S. Paulo

Primeiro ciclo de fiscalização da LGPD começa em 2022. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) deu mais um passo para começar a aplicar as penalidades previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Foi publicado hoje, no Diário Oficial da União (DOU), o regulamento do processo de fiscalização da norma. O primeiro ciclo de monitoramento terá início a partir de janeiro do ano que vem, segundo a Resolução CD/ANPD nº 01, de 2021. O texto estabelece os procedimentos e regras que a ANPD tem que observar nos processos administrativos. Neste primeiro momento, a fiscalização fará apenas o monitoramento, a orientação e atuação preventiva. As sanções administrativas previstas na LGPD (Lei nº13.709, de 2018) estão em vigor desde agosto. Mas, na prática, a aplicação de multas para empresas que não se adequaram à nova norma não estava ocorrendo pela falta de regulamentação das regras e da dosimetria (cálculo para definir a sanção). Fonte: Valor Econômico

Publicada a resolução que aprova as ponderações aplicáveis ao Fundeb 2022. Foi publicada, no Diário Oficial da União da sexta-feira (29), a Resolução nº 1/2021, que torna pública a aprovação, pela Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade no âmbito do Ministério da Educação (MEC), das ponderações aplicáveis às diferentes etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica, no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), bem como da metodologia de cálculo do indicador para a educação infantil que define percentuais mínimos da complementação-VAAT a serem aplicados pelos municípios na educação infantil, para vigência no exercício financeiro de 2022. Fonte: ASCOM MEC

Lira espera relatório do PL da fake news nesta semana e quer votar texto em novembro. Nos últimos dias, Arthur Lira (PP-AL), conversou com o relator do projeto, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), e afirmou que o relator está finalizando o texto para ser apresentado à Câmara. Lira quer votar o texto em novembro. A ideia dos deputados é ter novas regras a tempo de valerem para as eleições de 2022. “Esse assunto precisa ser regulamentado. Não pode ser subjetivo o que é fake news, o que não é. Vamos tentar votar agora em novembro”, disse Lira ao blog. Fonte: G1 Notícias

Anatel e a Fundação Lemann firmam cooperação para tratar de conectividade escolar no Brasil. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e a Fundação Lemann assinaram na quinta-feira (28/10) um Termo de Cooperação para o intercâmbio e o desenvolvimento de estudos técnicos sobre conectividade escolar no Brasil. Fazem parte do escopo da cooperação o diagnóstico sobre a conectividade dos estabelecimentos de ensino público brasileiros, a priorização dos estabelecimentos de acordo com critérios de impacto socioeconômico, o levantamento das soluções tecnológicas e a divulgação de um plano de implementação de ações voltadas à conectividade. Fonte: ASCOM Anatel

Projeto contra fake news na Câmara quer proibir monetização de perfis de políticos. Relator do projeto de lei das fake news, o deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) ampliou no texto substitutivo da proposta as regras específicas para regular a conduta de agentes públicos. Um dos principais pontos é a proibição a detentores de cargo eletivo da monetização com perfis nas plataformas — ou seja, ficariam impedidos de receber dinheiro das redes sociais, normalmente repassado proporcionalmente ao alcance da publicação. As medidas valem para ocupantes de cargos dos Poderes Legislativo e Executivo nas três esferas (municipal, estadual e federal). O texto foi apresentado esta semana ao grupo de trabalho destinado à análise do projeto na Câmara. No caso da Câmara, uma determinação da Mesa Diretora, no ano passado, chegou a proibir o

reembolso de despesas dos parlamentares com a contratação de serviços para alavancar contas que resultem em monetização para o deputado ou outras pessoas. A medida que proíbe a remuneração com perfis em redes sociais prevista no texto em tramitação é mais abrangente. Fonte: O Globo

Vivo quer expandir RAN sharing com TIM e vê possibilidade para 5G. Avançando o acordo de compartilhamento de rede de acesso (RAN sharing) com a TIM para mais cidades, a Vivo já considera uma expansão do modelo para o 4G em municípios maiores e mesmo para o 5G. Ao fim do terceiro trimestre, as empresas estavam compartilhando 4G em 716 cidades, onde a rede de cada operadora atende áreas de sombra da outra. Já o modelo de single grid (rede única), considerado mais complexo, teve piloto em 50 cidades concluído e deve ser expandido após resultados satisfatórios. A Vivo espera iniciar a implementação da single grid em 100 cidades para cada parceira ainda em 2021, com horizonte de 1,6 mil municípios compartilhando a rede 3G e 4G no futuro. Os números foram reportados pelo CEO da empresa, Christian Gebara, durante call na última quinta-feira, 28. Fonte: TeleTime

Anatel finaliza normas para rede privadas na faixa de 3,7 a 3,8 GHz. Em entrevista a este noticiário, o presidente da Anatel e do Comitê de Espectro e Órbita da agência, Leonardo Euler, disse que a Anatel prepara para breve a edição de normas para o mercado secundário de espectro. Segundo Euler, a agência também prepara um "painel em que será possível ter uma visualização mais clara sobre o espectro disponível", já pensando em um novo modelo de gestão em que o uso secundário e uso compartilhado das frequências passe a ser utilizado. Segundo apurou este noticiário, há dois processos em curso, já em fase de finalização. Um deles, praticamente concluído, é um ato da Superintendência de Outorgas e Recursos à Prestação sobre requisitos técnicos e operacionais para uso da faixa de 3.700 MHz a 3.800 MHz por estações de serviços terrestres de baixa potência. Fonte: TeleTime

Nova versão do PL das Fake News retira coleta massiva e cria 'grampo de dados'. A última versão do relatório do PL 2.630/2020, o PL das Fake News, protocolado pelo deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) na noite da quinta-feira, 27, veio com mudanças consideradas chaves para tentar inibir a circulação de mensagens desinformativas nas redes sociais e serviços de mensageria usados pelos brasileiros. A primeira delas foi uma mudança nas regras de coleta massiva de dados para fins de constituição de provas em investigação criminal e em instrução processual penal. Agora, os metadados coletados serão de determinados usuários, mediante autorização judicial. Uma espécie de "grampo de dados" de determinadas pessoas. Os provedores de serviços de mensageria deverão preservar e disponibilizar os registros de interações de determinados usuários, após autorização judicial, pelo prazo de 15 dias, sendo possível prorrogar este prazo por igual período até o máximo de 60 dias, quando houver a indispensabilidade do meio de prova. Fonte: TeleTime

Leonardo Morais: vai ter competição no leilão 5G. Ao participar do CDemPauta, na sexta-feira, 29/10, o presidente da Anatel, Leonardo Euler de Morais, que encerra o seu mandato à frente da agência no dia 04 de novembro, dia do leilão do 5G, se mostrou bastante confiante de que haverá competição no certame. O número de proponentes (15) foi considerado muito positivo e a aposta está no interesse de provedores regionais e das empresas voltadas ao atacado, ou interessadas em serem redes neutras móveis, além é claro da presença das operadoras de telecomunicações. "Os prestadores de Internet estão fazendo uma revolução silenciosa no Brasil. eles alargaram o horizonte da banda larga fixa e querem ir além, por isso, o interesse agora em fazer o serviço móvel e na faixa de 700 Mhz, que tem sobras sendo leiloadas", observou Leonardo de Morais. Fonte: Convergência Digital

Arbitragem com teles leva dois anos e influencia adaptação das concessões. As três maiores concessionárias de telefonia do país, Oi, Vivo e Claro, empurraram a Anatel para procedimentos internacionais de arbitragem, com queixas sobre o que entendem como desequilíbrio nas concessões. É uma cartada para influenciar o encontro de contas permitido a partir da revisão legal do setor com a Lei 13.879/19. Como admite o presidente da Anatel, Leonardo de Morais, nesta entrevista ao Convergência Digital, eventuais decisões da arbitragem acabarão influenciando a adaptação dos contratos de concessão e sua transformação em autorizações de serviços em regime privado. "Apesar dos gêneros distintos, esses instrumentos conversam entre si e um processo pode alimentar o outro. A solução pode se dar tanto numa vertente como na outra. As discussões não são excludentes. Entendo que há espaço para os dois interesses: maior segurança jurídica e destravar mais investimentos. Fonte: Convergência Digital

Faixa de 3,7 GHz não é suficiente para redes privadas 5G, avalia a Ericsson. Faltando alguns dias para o leilão 5G, o vice-presidente de negócios da Ericsson para o Cone Sul da América Latina, Murilo Barbosa, afirma que a fabricante pretende aumentar o market share da empresa no Brasil na 5G. Hoje, a companhia detém cerca de 52% do mercado de rede 4G e tem a ambição de aumentar ainda mais esse número na quinta geração. Mas a estratégia da empresa para crescer mais no segmento em que já é dominante passa por vender equipamentos para redes privadas. Segundo Barbosa, a Ericsson está interessadíssima neste mercado crescente. Mas sua abordagem será diferente das rivais: o plano é atuar por intermédio das operadoras, seus principais clientes no Brasil. Ele opina que a faixa de 3,7 GHz proposta pela Anatel para uso exclusivo das verticais da indústrias não será suficiente para habilitar todos os casos de usos. A solução seria utilizar o espectro dinâmico, conforme as necessidades das aplicações, sugere. Fonte: Tele Síntese

Trabalhadores esperam maior flexibilidade, diz pesquisa da Cisco. A Cisco divulgou na sexta, 29, seu primeiro Índice de Trabalho Híbrido (HWI) que examina como os hábitos das pessoas e as interações com a tecnologia redefiniram permanentemente o trabalho após um ano e meio de pandemia da Covid-19. As descobertas mostram que os trabalhadores híbridos esperam maior flexibilidade, acessibilidade e segurança, enquanto as empresas buscam atender às demandas crescentes de tecnologia. O estudo utilizou pontos de dados agregados de clientes de forma anônima e será atualizado trimestralmente. De acordo com a pesquisa, o número de funcionários que passaram a preferir trabalhar de casa três vezes por semana aumentou bastante durante a pandemia, saiu de 37% para 81% no mundo. 64% dos entrevistados concordam que a capacidade de trabalhar em casa ou no escritório afeta a permanência ou o desligamento de um emprego. No entanto, apenas 47% acham que sua empresa permitirá trabalhar de qualquer lugar nos próximos seis a 12 meses. Fonte: Tele Síntese